

INFÂNCIA, VIOLÊNCIA URBANA E SAÚDE PÚBLICA – PORTO ALEGRE (1880 – 1920)*
CHILDHOOD CRIMINALITY AND PUBLIC HEALTH POLICY – PORTO ALEGRE (1880-1920)

PROFA. DRA. ELIANE D. FLECK**

ANA PAULA KORNDÖRFER***

Resumo

O artigo aborda os resultados preliminares de uma investigação cujo principal objetivo é avaliar a atuação do Estado do Rio Grande do Sul na definição de políticas públicas, com destaque para as relativas ao tratamento dado às crianças infratoras e às crianças alvo de violência, bem como para aquelas relativas aos recursos destinados à saúde pública no período compreendido entre os anos de 1880 e 1920.

Abstract

This article intends to present the preliminary results of an investigation that discusses the actions of the government of the state Rio Grande do Sul in cases of childhood criminality, along the period 1880 - 1920. The main point of this analysis is the juridical treatment of underage people and the destination of public health resources for their attendance.

Palavras-chave

Rio Grande do Sul, criminalidade, menoridade, violência urbana, saúde pública.

Key words

Rio Grande do Sul, criminality, childhood, urban violence, public health.

Este artigo constitui-se em esboço preliminar das constatações relativas ao Projeto de Pesquisa “*Infância, Violência Urbana e Saúde Pública – Porto Alegre (1880 – 1920)*”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS e que se propõe a levantar e analisar dados referentes à violência cometida contra e por menores e o encaminhamento dado

* Artigo recebido em 14.01.2003 e aprovado em 16.02.2003.

** Doutora em História pela PUC/RS, Professora da Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Desenvolve investigações vinculadas às Linhas de Pesquisa “Populações indígenas e Missões religiosas na América Latina” e “Idéias e Movimentos Sociais na América Latina”.

*** Aluna do Curso de Graduação em História da UNISINOS –bolsista-pesquisadora.

pelo Estado a essas questões¹, priorizando os aspectos jurídicos e os relativos ao atendimento dado pelo Estado à saúde pública.

Para a realização da investigação, buscamos informações e dados junto ao Arquivo Histórico e ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul, a partir do Cadastro de Processos-Crime e dos Códices da Polícia. Priorizamos, na catalogação e análise textual, dados como a natureza e a motivação do crime (agressão física, crimes sexuais...), origem étnica dos envolvidos (até o momento, pudemos observar o grande número de imigrantes envolvidos, o que acreditamos estar relacionado a situações de marginalização variadas), a penalidade proposta e o desfecho dos casos. O quadro abaixo constitui-se em exemplo de ficha catalográfica utilizada para a sistematização dos dados coletados junto a esses arquivos e nas quais constam as informações referentes aos Processos-Crime e aos Códigos da Polícia, bem como a transcrição do processo ou trecho do código relativo à temática em questão.

Caso de estupro contra o menor LEONARDO EMILIO SPOLIDORO			
Processo-crime			
Cartório Júri	Maço 1	nº processo 3	estante 29
Data 1885			
Códices da Polícia – Livro 04 pg. 133			
Rapto da menor EULALIA MEIRELLES BARRETO			
Data: 1897			

¹ No final do século XIX, considerava-se violência, por exemplo, a atividade sexual com uma pessoa menor de idade, mesmo que esta tivesse consentido. A “*criminalização da sexualidade*” visava a controlar, portanto, a sexualidade dos adolescentes para que estes não se transformassem em “*perversos*”. Dentre os delitos catalogados pelos criminólogos constavam o defloramento, o estupro, o rapto e o adultério. Em todos eles estava presente a questão sexual, sendo ainda analisados pelos juristas, outras práticas como o sadismo, o incesto e a perda da virgindade.

² O defloramento estava previsto no Código Penal Brasileiro, artigo 267, como crime. Para tanto, fazia-se necessária a cópula com mulher virgem e o rompimento do hímen, sendo a mulher menor, através de consentimento obtido por sedução, engano ou fraude. Caso não houvesse cópula, o delito seria o atentado contra o pudor. Sem o consentimento da mulher, o crime seria estupro.

O Código Penal de 1890, no artigo 269, definiu como estupro o ato sexual com uma mulher sem o seu consentimento, ou seja, com a utilização de violência, diferenciando pois do defloramento consentido.

Tanto no defloramento, quanto no estupro, a existência de laços de sangue e parentesco, relações de dependência ou facilidade para realização do atentado ou a impossibilidade de casar-se eram consideradas circunstâncias agravantes. Entre os parentes, estavam englobados pais, irmãos e cunhado; nas relações de dependência, tutor, curador, encarregado de guarda e educação ou quem tivesse alguma autoridade sobre a vítima.

Tanto no crime de defloramento, como no de estupro, para o indivíduo ser processado era necessária a queixa da vítima.

A relação sexual incestuosa não era considerada propriamente um crime, entretanto, era penalizada como defloramento ou estupro.

Também foi considerado crime pelo Código Penal Brasileiro de 1890, artigo 270, o rapto, ou seja, retirar do lar doméstico, mulher honesta através da violência ou sedução. Caso a ele se seguisse o defloramento ou o estupro, o indivíduo seria enquadrado também nesses artigos.

Considerando que nos propusemos, também, a levantar e analisar dados junto ao Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (com base nos Livros de Matrícula Geral de Enfermos), referentes a crianças e adolescentes com idade entre 0 e 21 anos, nos valem, igualmente, de ficha de dados (cfe. quadro abaixo), visando à obtenção de informações sobre as causas da internação, cor, estado civil, profissão, naturalidade e categoria de internação.

SANTA CASA – MATRÍCULA GERAL DE ENFERMOS	
Nº: 557	
Entrada: 88.02.07	
Nome: Manoel José Ramos	
Idade: 9	
Naturalidade: Província	
Côres: Branca	
Filiações: Ignora	
Profissão: Não tem	
Estado: Solteiro	
Classe: Pobre	
Enfermidades: Queimadura	
Sahida: 88.29.07	
Observação:	

O principal objetivo desta investigação é avaliar a atuação do Estado do Rio Grande do Sul na definição de políticas públicas, com destaque para o tratamento jurídico, assistencial, etc. dado às crianças infratoras e às crianças alvo da violência, bem como para aquelas relativas aos recursos destinados à saúde pública no período compreendido entre os anos de 1880 e 1920.

No final do século XIX, o Direito Criminal brasileiro estava sob a influência dos postulados da Escola Clássica do Direito Penal e da nova Escola Positivista ou Antropológica.

O Código Criminal de 1830 encontrava-se em vigência ainda na década de 1880. Através dele foram definidos os conceitos de “crime” e de “criminoso”, os quais passaram a ser alvo de debate por parte de juristas, políticos e autoridades públicas empenhados em repensar as idéias em vigor, em especial, as relativas ao menor delinqüente.

No Código em vigor no Império, o crime era definido como

“toda ação ou omissão voluntária contrária às leis penais”; “a tentativa de crime”; “o abuso de poder que consiste no uso de poder (conferido por lei) contra os interesses públicos ou em prejuízo de particulares, sem que a utilidade pública o exija”; além da “ameaça de fazer algum mal a alguém” (Tinoco, 1886: p. 9 - 17).

Para uma pessoa ser considerada “criminoso” ou “delinqüente”, era necessário haver má fé, ou seja, que tivesse o conhecimento do mal e a intenção de praticá-lo.

Quanto ao menor, a lei estabelecia que não havia imputabilidade até os 14 anos, a não ser que ficasse provado que este havia agido com discernimento. Neste caso, seria recolhido às casas de correção pelo tempo determinado pelo juiz, contanto que não excedesse à idade de 17 anos (Tinoco, 1886: p. 24 – 28, 30).

Quando o réu era menor de 21 anos contava com as circunstâncias atenuantes, sendo que se tivesse entre 14 e 17 anos, o juiz poderia impor-lhe as penas de cumplicidade. Além disso, a pena de morte nunca se aplicaria ao menor e a pena de galés deveria ser substituída pela de prisão com trabalho (Tinoco, 1886: 49-54, 70 – 71).

A década de 1880 constitui-se em momento privilegiado do debate acerca dos campos de conhecimento do Direito Criminal, o que implicou a reavaliação da ação do Direito na esfera jurídico-penal. O início do século XX será marcado pela separação entre aquilo que se chamaria de Criminologia – o estudo do crime e do criminoso – e o Direito Penal – o estudo das penas –, o que teria seus efeitos concretizados no Código Penal que passou a vigorar a partir de 1890, em substituição ao Código Criminal Imperial.

As preocupações dos juristas nos primeiros anos da República giraram em torno das definições de *“quem era o menor”* ou então *“qual era o seu grau de discernimento e de intencionalidade”*, extrapolando as discussões que se limitavam ao debate sobre a menoridade.

O período delimitado pelo nosso trabalho, os anos de 1880 a 1920, é um período de mudanças, de transformações: o Império está chegando ao fim e a República se estabelece. Em 1889, com a Proclamação da República, chega ao poder no Rio Grande do Sul o PRR (Partido Republicano Rio-grandense), de orientação positivista. A mudança do modelo de governo no Brasil, e conseqüentemente no Rio Grande do Sul, trouxe consigo uma nova forma de olhar a infância: novos códigos civis e criminais.

“No geral, uma poderosa corrente de pensamento acreditava, com otimismo e entusiasmo, na força da ciência e no primado da razão humana, que propiciariam o progresso indefinido dentro da ordem e a vitória da civilização sobre a barbárie. Esse destino seria promovido pelas novas gerações, que, por isso mesmo, deveriam ser bem cuidadas – no físico e na mente. As crianças das ‘classes perigosas’, dos muito pobres, deveriam merecer atenção redobrada, instrução básica, cuidados com o corpo, higienização dos costumes, treinamento profissional e disciplina rigorosa. Havia que incutir-lhes o amor ao trabalho, a submissão e obediência aos valores e normas da sociedade, para que se tornassem cidadãos ‘úteis a si e à sociedade’. Essas são, de forma simplificada, as bases de uma filosofia filantrópico-liberal-científica, que

fundamentaram o primeiro projeto nacional de política pública, voltado para a criança pobre desvalida e desviante.

Esse projeto social foi inaugurado com o Código Penal da República, de 1890, e marca a primeira grande fase de atuação do Estado frente ao menor infrator. O ministro da Justiça e Negócios Internos, o médico e jurista Campos Sales, atacou a questão social da infância infratora no Código Penal em cinco pontos fundamentais: a imputabilidade absoluta; o tratamento diferenciado para menores infratores; os lugares especiais para o recolhimento dessas crianças; a vadiagem infantil, e o comportamento sexual dessas crianças.” (Marcílio, 2000: 40)

Através de um levantamento bibliográfico, realizado paralelamente à coleta de dados e informações nos arquivos, tivemos contato com alguns trabalhos já realizados que utilizaram fontes semelhantes e que trazem temáticas afins. Martha de Abreu Esteves, em seu livro *“Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque”*³ analisa como o aparelho jurídico, através do julgamento de crimes sexuais, exerceu, ampliou seu controle e influenciou o comportamento (*“nova política sexual”*) do trabalhador carioca na primeira década do século XX. Nos processos-crime envolvendo menores de 21 anos que pesquisamos também é possível perceber o julgamento moral realizado por médicos e juristas, provavelmente buscando o que Martha de Abreu Esteves chama de *“cidadão completo”* (trabalhador, higienizado, membro de uma família...).

“Em consequencia passaram os peritos a fazer os exames e investigações ordenadas as quaes declararam o seguinte: a paciente apresente desenvolvimento extraordinário para a idade que diz ter (doze annos incompletos), responde, com clareza e naturalidade as perguntas que lhe são dirigidas. (...) e que portanto, respondem: ao primeiro quesito, sim, existem signaes evidentes de que a paciente tem entretido relações sexuaes: firmamos este juízo deante do facto de apresentar-se o hymem com pequena ruptura, como foi descripta, assim como no estado de

³ Ver ESTEVES, 1989. É importante ressaltar que foi a partir da segunda metade do século XIX que a Ciência Jurídica, a Medicina e a Psiquiatria voltaram seus olhos para as *“aberrações sexuais”*, para os amores *“contra a natureza”*, para os *“maníacos”* e *“perversos”*. Interessava analisar esses fenômenos exatamente para mantê-los à margem, para melhor conservar a integridade e a saúde dos indivíduos *“normais”*.

Para os juristas, o pudor estava ligado à dignidade pessoal, ao amor próprio, à honra e aos costumes, base da sociedade. Eram, principalmente, a mulher, a família e o lar os principais atingidos pelos *“ataques de impudícia”*, a fim de *“saciar paixões lascivas”*. Essas atitudes anormais existiram em função da fragilidade do sexo, das más companhias, do abandono dos pais e da falta dos *“sentimentos da família, da honra, do trabalho e da grandeza da pátria”*.

O artigo 266 do Código Penal Brasileiro de 1890 iria tratar do crime de ultraje público ao pudor, manifestando-se em relação à prática de *“atos de libidinagem”* com menor de idade.

Segundo Toledo, *“a vida em comum nos cortiços, nas casinholas, nos lugares estreitos, traz como consequência inevitável, a frequência destes crimes”*, crimes *“de domicílio”*, praticados principalmente por parentes. (TOLEDO, Francisco Eugênio de. *Atentado ao Pudor*. São Paulo: Ed. Brasileira, s.d., p. 7 a 9).

frouxidão do mesmo, deixando penetrar sem dificuldade o dedo médio; segundo, as relações já devem ser entretidas desde algum tempo porquanto a cicatrização da ruptura é perfeita; terceiro, sim, e d'este modo pode ser explicado o extraordinário desenvolvimento das partes sexuais numa menina de doze annos (...).”⁴

Adriana de Resende B. Vianna, em seu trabalho “*O Mal que se Adivinha – Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*”⁵, investiga o processo de construção de um personagem social, o *menor* (*menoridade* possuindo sentidos diferentes dos da *infância*), através da atuação da polícia (relação *menor* – polícia) e da classificação desses indivíduos (o termo *menor* seguido de adjetivos como *vadio*, *abandonado*, entre outros). A autora trabalha com instituições como a Escola Premonitória Quinze de Novembro, a Escola de Menores Abandonados, a Colônia Correccional de Dois Rios e os patronatos agrícolas (parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio), situadas no Rio de Janeiro e articuladas à estrutura policial. Sabemos que no estado de São Paulo havia o Instituto Disciplinar e a Colônia Correccional. Existiam, em Porto Alegre, estruturas semelhantes para o confinamento de menores considerados em situação ilegal? Quem eram (são) esses indivíduos classificados como *menores* e qual é, na prática, a ação do Estado em relação a esses indivíduos?

Através do livro “*As Artes de Curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-grandense*”, de Beatriz Teixeira Weber⁶, pudemos traçar um panorama da situação da saúde no Rio Grande do Sul durante o governo positivista. Acompanhando a situação nacional, o Rio Grande do Sul apresentava um quadro de propagação de epidemias, falta de serviços de atendimento à população, precariedade de recursos e necessidade de verbas especiais em situações de emergência. Adotando uma perspectiva positivista, o governo do Estado estabeleceu, na área da saúde, uma postura distinta do restante do país, instituindo a liberdade profissional e religiosa (abertura para práticas alternativas de cura) e posicionando-se como contrário ao que chamava de terrorismo e autoritarismo sanitários (intervenção do Estado em assuntos que consideravam como sendo questões pessoais, como, por exemplo, a saúde). De acordo com essa postura, as medidas adotadas pelo governo para evitar a propagação de doenças foram restritas, mas, contraditoriamente, este mesmo governo não dispensou o isolamento de doentes e desinfecção das residências para evitar a propagação de doenças. Segundo a autora, entre os anos de 1895 e 1928, houve quase todos os anos, casos de difteria, peste bubônica, febre tifóide, varíola, varicela,

⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Códices da Polícia – Livro 04 – p. 51. Defloração, 1896

⁵ ver VIANNA, 1999.

⁶ Ver WEBER, 1999.

sífilis e tuberculose. Interessa-nos saber se houve uma preocupação especial por parte do Estado em relação ao combate e prevenção de doenças relacionadas à infância.

É possível, através das leituras, traçar um panorama geral do período abrangido pelo nosso projeto de pesquisa. A transição do Império para a República, com o crescimento da indústria, do comércio, dos serviços e reordenamento urbano e sanitário não pode contemplar a todos, fazendo crescer uma massa de excluídos e marginalizados desse processo. O ideal da sociedade formada por trabalhadores higienizados e integrantes de uma família era perseguido por médicos e juristas, entre outros. Como afirma a já citada Marta de AbreuEsteves, “*o aprofundamento das correlações entre honestidade, moral e bom trabalhador, no meio jurídico, formavam um triângulo referencial riquíssimo na sociedade que se desejava formar*” (Esteves, 1989:41). A busca e a valorização do cidadão trabalhador fica bastante clara na bibliografia trabalhada, seja através da análise das instituições para menores, que tinham entre seus principais objetivos a formação de mão-de-obra (condenação da vadiagem, da mendicância...); seja através da análise dos crimes sexuais, em que o fato de o acusado ser classificado como trabalhador (atributo sempre associado a outros como honestidade e respeitabilidade...) funcionava como uma espécie de atenuante.

Outro aspecto a ser observado é a questão racial, bastante presente nos trabalhos e também percebida em nossa coleta de dados. A herança da escravidão, traduzida na situação de marginalização de negros, pardos, morenos, mulatos, etc., e associada a teorias raciais que consideravam a existência de ‘raças inferiores’, tornava a cor um elemento bastante considerado, fosse na identificação de ‘criminosos natos’, fosse na probabilidade de condenação ou absolvição. Também nos documentos por nós pesquisados, a cor dos envolvidos é um elemento bastante presente, sendo informada tanto nos processos-crime transcritos quanto nos registros da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Como já mencionado, pretendemos, com nosso projeto de pesquisa, estabelecer qual foi a atuação do Estado do Rio Grande do Sul na definição de políticas públicas, com destaque para o tratamento dado às crianças infratoras e às crianças alvo da violência, bem como aquelas relativas aos recursos destinados à saúde pública (combate e prevenção de doenças relacionadas à infância) no período compreendido entre os anos de 1880 e 1920. Trabalharemos, logicamente embasados também na legislação do período em questão (Legislação Estadual, Código Penal da República, de 1890...), mas é a “*atuação*”, a “*prática*” do governo do Estado o aspecto que nos interessa.

No início do texto, referimo-nos rapidamente às fontes e documentos com os quais estamos trabalhando. Gostaríamos de expor algumas constatações que pudemos fazer sobre os documentos levantados até o presente momento.

Uma primeira constatação feita é o elevado índice de prática de crimes de ordem moral e sexual, como a prática de rapto e defloramento seguido de casamento, incesto, entre outros. Um exemplo dessa situação é o estupro de Augusta Stadländer, de 15 anos, em 1897:

“Que achava-se [Augusta Stadländer] ultimamente e já desde muito morando em companhia de seu irmão Germano Stadländer, casado e com dois filhos pequeninos, sendo já falecidos os pais della declarante, e que há mais ou menos quatorze mezes foi por aquelle seu irmão forçada e por meio de violencia deflorada na sua propria cama d’ella e na propria casa delle; disse mais que esse seu irmão teve ainda tempos depois copula carnal com ella () poucas vezes; finalmente declarou que envergonhada do seu estado e pelo receio que de que (sic) seu irmão pudesse sofrer, só ultimamente em conversa com Emilia Schierenbeck, mulher, digo, cunhada delle seu irmão, que também a deflorou, é que disse-lhe o estado em que se achava e que esse seu irmão fora o autor de sua deshonra. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado (...)”⁷

Constatamos também certa vinculação entre delinquência urbana e imigração (dependendo do fluxo do momento: poloneses, italianos...), como ilustra o caso de pederastia envolvendo o menor Leonardo Emilio Spolidoro, de sete anos:

“Em consequencia passarão os peritos a fazer o exame e investigação ordenados, e as que julgarão necessárias; concluidas as quaes declararão o seguinte: que Leonardo, de sete annos e meio de idade refere que três italianos levarão-o para uma casa no Becco do Rosário, e que depois de entrarem e de fecharem a porta, um pegou-lhe pelos pés, outro pelos braços, tendo previamente tapado-lhe a bocca para que elle não gritasse, e o terceiro depois de tirar-lhe as calças forçou-o deixando-o em estado lastimoso.”⁸

Observamos ainda a ocorrência de agressões físicas por motivos banais, como por exemplo, a bagunça, um comportamento próprio da infância. Essa constatação pode ser exemplificada pelo caso de lesão corporal e tentativa de homicídio do menor Norberto da Silva Dias, de 8 anos, em 1897:

⁷ Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Caso de estupro da menor Augusta Stadländer – Processo-crime – Cartório Júri – Maço 1 – n. do processo 1 – Estante 29 – 1897.

⁸ Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Caso de pederastia envolvendo o menor Leonardo Emilio Spolidoro. Processo-crime – Cartório Júri – Maço 1 – n. do processo 3 – Estante 29 – 1885.

“No dia 10 do corrente mez, indo o filho do queixoso, de nome Norberto e menor de 8 anos de idade, fazer uma compra no estabelecimento commercial de Antônio Pilla, isto á rua acima referida, e, praticando ahi travessuras próprias de sua idade, arremessou-lhe o mesmo Pilla uma faca, fazendo-lhe o ferimento descripto no auto de corpo de delicto que, por certidão, se junta.”⁹

Estas foram algumas constatações baseadas nos dados contidos nos Processos-crime (Arquivo Público do Rio Grande do Sul) e nos Códices da Polícia (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul).

Com relação aos dados levantados junto ao Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, alguns dados já podem ser apresentados¹⁰. O período até agora abrangido pelo nosso estudo é de 2 de julho de 1888 a 15 de julho de 1892. Neste período, 1359 crianças e adolescentes de 0 a 21 anos passaram pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Deste total, 43% foram classificados como brancos e 57% foram classificados como sendo de cores preta, parda, morena, indiática, fula e china; dos indivíduos classificados como brancos, 16% eram imigrantes; 4% das internações poderiam estar relacionadas a agressões¹¹; 75% dos pacientes não possuía profissão e 10% dos pacientes entre 0 e 21 anos atendidos na Santa Casa neste período faleceram. Entre os principais motivos de internação de indivíduos na faixa etária por nós delimitada, podemos destacar a bronquite e a bronco-pneumonia (aproximadamente 15% das internações e 11% dos óbitos), o embaraço gástrico (6% das internações), a tuberculose (5% das internações e 32% dos óbitos) e a febre tifóide (4,5% das internações e 9,6% dos óbitos).

Ainda com relação aos dados levantados junto ao Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (Livros de Matrícula Geral de Enfermos), formulamos algumas possibilidades de cruzamento de dados que serão testadas em outra etapa do projeto: a) possibilidade de vincular a idade (0-10, 11-15, 16-21) com as doenças, com o objetivo de verificar se há a correspondência entre determinada faixa etária e uma incidência maior de determinada doença; b) possibilidade de vincular a naturalidade, a cor e a classe com as doenças, para verificar se há a relação entre, por exemplo, uma situação de marginalização (naturalidade, cor e classe) com determinadas doenças.

⁹ Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Caso de lesões corporais e tentativa de homicídio do menor Norberto da Silva Dias. Processo-crime – Cartório Júri – Maço 2 – n. processo 26 – Estante 29 – 1897.

¹⁰ Números aproximados.

¹¹ Foram considerados como possíveis agressões os casos de queimaduras, ferimentos, fraturas, contusões, esmagamentos e luxações.

A partir também dos dados levantados no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, surgem uma série de perguntas que poderão, em etapa posterior, ser trabalhadas e exploradas. Dentre estas questões estão: a) quais os fatores que explicam o alto índice de crianças e adolescentes tuberculosos, como o caso de Alberto da Silva Corrêa, de cor preta e natural da província, com 19 anos de idade?¹² Quais as ações do Estado em relação a essa questão? b) quais os fatores que explicam internações extremamente prolongadas, como a internação de Frederico Geraldo, 19 anos, internado por inflamação nos olhos, de 15 de janeiro de 1890 a 18 de julho de 1890?¹³

Cabe ressaltar que a questão norteadora deste projeto de pesquisa considera o estabelecimento de relação entre os casos de violência contra menores e a subsequente ação do Estado. Uma criança ou adolescente vítima de violência carrega marcas também em seu corpo, o que implicava atendimento ou tratamento médico. Num primeiro momento de nossa investigação, trabalhamos com os Processos-Crime e os Códices da Polícia, e uma questão se apresentou: para onde eram encaminhadas as crianças vítimas de violência? Onde eram tratadas? Esperávamos encontrar as respostas para estas questões nos Arquivos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, o que não se confirmou: Manoel José Ramos, de 9 anos, tratado por queimaduras, foi vítima de violência?

Na continuidade, pretendemos concluir o levantamento de dados no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, visando à análise dos dados já levantados.

Fontes Documentais:

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Códices da Polícia – Livro 04 – p. 51. Defloração da menor Clementina Simionato

Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

Livro de Matrícula Geral de Enfermos n. 6. Período: 2 de julho de 1888 – 15 de julho de 1892

Arquivo Público do Rio Grande do Sul

Processo-crime – Cartório Júri – Maço 1 – n. do processo 1 – Estante 29 – 1897. Caso de estupro da menor Augusta Stadländer.

¹² Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Livro de Matrícula Geral de Enfermos n. 6. Data de entrada do paciente: 21 de janeiro de 1889 (n. 81).

¹³ Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Livro de Matrícula Geral de Enfermos n. 6. Data de entrada do paciente: 15 de janeiro de 1890 (n. 53).

Processo-crime – Cartório Júri – Maço 1 – n. do processo 3 – Estante 29 – 1885. Caso de pederastia envolvendo o menor Leonardo Emilio Spolidoro.

Processo-crime – Cartório Júri – Maço 2 – n. do processo 26 – Estante 29 – 1897. Caso de lesões corporais e tentativa de homicídio do menor Norberto da Silva Dias

Referências Bibliográficas

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *O Menor Infrator e os Direitos da Criança no Século XX*. Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP (1934 – 1999). Comissão de Patrimônio Cultural da USP. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial, 2000.

MAZZIEIRO, João Batista. *Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos – São Paulo 1870/1920*. In: Revista Brasileira de História, v. 18, n. 35, São Paulo, 1998, p. 2 –37.

PINTO, Bárbara Lisboa. *O menor e a menoridade sob a ótica do Direito Criminal Brasileiro na década de 1880: as idéias de Tobias Barreto e João Vieira de Araújo*. Revista Justiça e História, v. 2, n. 3, Porto Alegre, 2002, p. 219 – 237.

TINOCO, Luiz Antonio. *Código Criminal do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O Mal que se Adivinha: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro, 1910 – 1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.